

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.161 - SP (2019/0023620-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : ACERLAND DO BRASIL - DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO ARÃO - SP081801
AGRAVADO : ANTONIO RAHME AMARO
AGRAVADO : MARIA AMÉLIA SEABRA DE AMARO
AGRAVADO : EDUARDO RAHME AMARO
ADVOGADOS : CID FLAQUER SCARTEZZINI FILHO - SP101970
MARIANA GUILARDI GRANDESSO DOS SANTOS - SP185038

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECLAMAÇÃO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. SÚMULA 284/STJ. 2. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. NÃO OCORRÊNCIA. 3. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Acerland do Brasil - Desenvolvimento Imobiliário Ltda., desafiando decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, manejado, por seu turno, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fls. 1.088-1.094):

Reclamação – Atribuição de efeito suspensivo em apelo contra sentença que julgou embargos de terceiro – Decisão proferida antes da comunicação do Tribunal – Reconsideração em primeiro grau – Perda do objeto – Pedido prejudicado.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a insurgente alegou ofensa aos arts. 489, IV, § 1º e 1.022, I, do CPC/2015, ao argumento de obscuridade e fundamentação deficiente no acórdão recorrido por ausência de manifestação quanto ao fato de que a magistrada de primeiro grau tomou ciência inequívoca acerca da atribuição do efeito suspensivo ao seu recurso de apelação em 9/12/2017, "ou seja, ***muito antes*** , portanto, da decisão reclamada praticada, ocorrida em 8/JANEIRO/2018" (e-STJ, fl. 1.092).

Buscou, assim, a reforma do acórdão que julgou prejudicada a reclamação, por perda do objeto.

Contrarrazões juntadas às fls. 1.100-1.110 (e-STJ).

A decisão agravada (e-STJ, fls. 1.111-1.113) inadmitiu o recurso especial por não vislumbrar ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015, nem deficiência de fundamentação no acórdão recorrido.

No agravo (e-STJ, fls. 1.115-1.119), afirma a agravante a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Brevemente relatado, decido.

Inicialmente, no tocante à alegação de negativa de prestação jurisdicional, destaca-se que a parte ora recorrente limitou-se a defender genericamente a ocorrência de violação do art. 1.022, I, do CPC/2015, sem especificar concretamente sobre quais questões teria a Corte de origem incorrido no vício de obscuridade, de maneira que se revela inadmissível o recurso especial no ponto, ante a deficiência em sua fundamentação, conforme jurisprudência consolidada na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada analogicamente pelo STJ.

Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284 DO STF. RESTABELECIMENTO DE ALÍQUOTA DE PIS E COFINS SOBRE RECEITA FINANCEIRA MEDIANTE DECRETO DO PODER EXECUTIVO (DECRETO Nº 8.426/2015). CONFLITO ENTRE O ART. 97, II, DO CTN E O ART. 27, CAPUT, E § 2º, DA LEI Nº 10.865/04. MATÉRIA DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL.

1. A alegada afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 (art. 535 do CPC/1973) foi realizada de forma genérica, sem a especificação das teses ou dos dispositivos legais sobre os quais o acórdão recorrido teria deixado de se manifestar. Por óbvio, a recorrente também não se desincumbiu do ônus de demonstrar qual seria a relevância das questões tidas por omissas, contraditórias ou obscuras para o deslinde da controvérsia. Dessa forma, não é possível conhecer da alegação, haja vista a deficiente fundamentação recursal no ponto a atrair a incidência, por analogia, da Súmula nº 284 do STF.

[...]

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1624743/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 30/11/2016)

Ademais, constata-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, tendo o Tribunal de origem explicitado os motivos pelos quais entendeu que houve a perda do objeto da reclamação, conforme se depreende do excerto abaixo transcrito (e-STJ, fl. 1.058, sem grifo no original):

O juízo monocrático, ao prestar as respectivas informações a fls. 64/65 esclareceu que ao proferir a decisão objeto da reclamação não havia recebido o ofício da Corte que atribuía efeito suspensivo ao apelo tirado na apelação interposta contra a sentença de procedência proferida nos embargos de terceiro.

Ao mesmo tempo foi informado que a decisão aqui reclamada foi reformulada, com a suspensão dos atos ali determinados, inclusive com ciência ao perito.

Destarte, **a reclamação perdeu o respectivo objeto**, nada havendo a se apreciar, portanto, na presente medida ressaltando-se, de qualquer sorte, que aqui não cabe, como pretendem os reclamados, **o reexame da nova decisão proferida pelo juízo de 1º grau, aliás em relação a qual, segundo se noticiou, já atacada pelo recurso de agravo de instrumento.**

Dessa forma, não há que se falar em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião da recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Brasília, 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator